

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PEDRO LISBOA COSTA DE OLIVEIRA

**A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E (RE)INCLUSÃO SOCIAL NOS
PROJETOS COMEÇAR DE NOVO E JUSTIÇA PELOS JOVENS**

Niterói
2019

PEDRO LISBOA COSTA DE OLIVEIRA

**A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E (RE)INCLUSÃO SOCIAL NOS
PROJETOS COMEÇAR DE NOVO E JUSTIÇA PELOS JOVENS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Bacharelado em Ciências Sociais, como requisito parcial para conclusão do curso. Área de concentração:

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Lucia Eilbaum

Niterói
2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

048r Oliveira, Pedro Lisbôa Costa de
A relação entre o trabalho e a (re)inclusão social nos projetos Começar de Novo e Justiça pelos Jovens / Pedro Lisbôa Costa de Oliveira ; Lucia Eilbaum, orientadora. Niterói, 2019.
43 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais (Bacharelado/Licenciatura))--Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2019.

1. INCLUSÃO SOCIAL. 2. Adolescente institucionalizado. 3. Assistência ao Menor. 4. Ações Socioeducativas. 5. Produção intelectual. I. Eilbaum, Lucia, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD -

Bibliotecária responsável: Thiago Santos de Assis - CRB7/6164

PEDRO LISBOA COSTA DE OLIVEIRA

**A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E (RE)INCLUSÃO SOCIAL NOS
PROJETOS COMEÇAR DE NOVO E JUSTIÇA PELOS JOVENS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Bacharelado em Ciências Sociais, como requisito parcial para conclusão do curso. Área de concentração:

Aprovada em Julho de mês de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Prof^a Dr^a Lucia Eilbaum (Orientador)(a) - UFF

Prof^a Dr^a. Flavia Medeiros (UFF)

Prof^a Ma. Tamires Maria Alves(UFF)

Niterói
2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, professora Lucia Eilbaum, pelo estímulo e pelo acompanhamento na jornada de construção desse trabalho. A minha família e a todos os amigos que a UFF me proporcionou.

LOS NADIES

Eduardo Galeano

Sueñan las pulgas con comprarse un perro
y sueñan los nadies con salir de pobres,
que algún mágico día
llueva de pronto la buena suerte,
que llueva a cántaros la buena suerte;
pero la buena suerte no llueve ayer,
ni hoy, ni mañana, ni nunca,
ni en llovizna cae del cielo la buena suerte.

Los nadies: los hijos de nadie, los dueños de nada.
Los nadies: los ningunos, los ninguneros,
corriendo la liebre, muriendo la vida,
jodidos los nadies, jodidos:
Que no son, aunque sean.
Que no hablan idiomas, sino dialectos.
Que no practican religiones, sino supersticiones.
Que no hacen arte, sino artesanía.
Que no aplican cultura, sino folklore.
Que no son seres humanos, sino recursos humanos.

Los nadies: los hijos de nadie, los dueños de nada.
Que no tienen cara, sino brazos.
Que no tienen nombre, sino número.
Que no figuran en la historia universal,
sino en la crónica roja de la prensa local.

Los nadies: los hijos de nadie, los dueños de nada.
Los nadies: los nada,
los nadies, que cuestan menos que la bala que los mata.

Los nadies: los hijos de nadie...
Los nadies: los dueños de nada,
jodidos, jodidos, jodidos, jodidos...

RESUMO

Este estudo monográfico pretende refletir sobre dois projetos desenvolvidos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e executados pela Divisão de Inclusão social dessa instituição. Ambos os projetos buscam a ressocialização de pessoas com experiências de conflito com a lei e privação de liberdade. O projeto Começar de Novo atende a egressos do sistema penal através do emprego e da participação em uma série de cursos que vão do letramento às artes, articulando noções de cidadania e, paralelamente, fornecendo mão de obra para a execução de serviços terceirizados nas dependências do tribunal, já o Projeto Justiça pelos Jovens tem como foco a reinserção social de pessoas que cometeram infrações na menoridade e já cumprindo medidas socioeducativas. O estudo etnográfico realizado teve como campo um projeto de extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, desenvolvido em parceria com o TJERJ, no qual são oferecidas aos participantes desses dois projetos oficinas de língua portuguesa. Na análise desenvolvida, busquei entender como as políticas públicas implementadas pelo poder judiciário, que criam formas de acompanhamento do indivíduo *a posteriori* ou concomitantemente à aplicação da sanção penal, concebem a relação entre trabalho e (re)inclusão social.

Palavras-chave: Prisão, Pena privativa de liberdade, Inclusão social, Poder Judiciário.

ABSTRACT

This monographic study intends to reflect on two projects developed within the scope of the Court of Justice of the State of Rio de Janeiro and executed by the division of Social Inclusion of this institution. Both projects seek the resocialization of people with experiences of conflict with the law and deprivation of liberty. The Start Again project seeks reintegration of ex prisoners through employment and participation in a series of courses ranging from literacy to the arts, articulating notions of citizenship and, at the same time, providing labor for the execution of outsourced services in the the Juvenile Justice Project is focused on the social reintegration of people who have committed infractions in the minority and already complying with socio-educational measures. The ethnographic study carried out was an extension project of the State University of Rio de Janeiro, developed in partnership with the TJERJ, in which the participants of these two projects are offered Portuguese language workshops. In the analysis developed, we sought to understand how the public policies implemented by the judiciary, which create ways of monitoring the individual a posteriori or concomitantly to the application of penal sanction, conceive the relationship between work and (re) social inclusion.

Keywords: Prison, Deprivation of liberty, Social inclusion. Judicial power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 - <i>PROJETOS COMEÇAR DE NOVO E JUSTIÇA PELOS JOVENS: RESPONSABILIDADE SOCIAL E RESSOCIALIZAÇÃO</i>.....	12
1.1 - Começar de novo.....	14
1.2 Justiça pelos jovens	19
2 - O PROJETO LETRAJOVEM.....	22
2.1 - A Metodologia Letrajovem.....	24
2.2- Estudo etnográfico	25
2.2.1 - As aulas	27
2.2.2 - Evasão e atrasos: uma questão de disciplina.....	30
2.2.3 - Encerramento	35
3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
4 - REFERÊNCIAS	43

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa focaliza dois projetos de inclusão social desenvolvidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ) - Começar de Novo e Justiça pelos Jovens - ambos voltados para indivíduos que vivenciaram situações de conflito com a lei e sofreram sanções de privação de liberdade.

Com foco nesses projetos, busquei entender como as políticas públicas implementadas pelo poder judiciário, que criam formas de acompanhamento do indivíduo *a posteriori* ou concomitantemente à aplicação da sanção penal, concebem a relação entre trabalho e (re)inclusão social.

O desenvolvimento do estudo se orientou pelas seguintes questões:

- Como o trabalho é concebido como uma estratégia de “ressocialização” de indivíduos que cumpriram penas de encarceramento, no caso dos egressos do sistema penitenciário, ou medidas socioeducativas de privação de liberdade e semiliberdade, no caso adolescentes em conflito com a lei.
- Esse trabalho, ou emprego, através do e no Tribunal de Justiça pode constituir uma forma de estender a rede de controle disciplinar desses indivíduos, para além do sistema punitivo, diminuindo a reincidência criminal.

São quatro os projetos de cunho social desenvolvidos no âmbito do Tribunal de Justiça e executados pelo DEAPE (Departamento de acompanhamento de projetos especiais): Começar de Novo (CDN), Justiça pelos Jovens (JPJ), Jovens Mensageiros (JM) e Pais Trabalhando (PT). Eles são políticas públicas desenvolvidas no âmbito do judiciário fluminense que promovem a contratação de egressos do sistema penal/socioeducativo (CDN/JPJ) e de famílias em situação de “vulnerabilidade social” (PT/JM) para a execução de serviços de digitalização e movimentação de processos em diversas comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Os projetos são mantidos pela Divisão de Inclusão Social do DEAPE, e cada projeto tem uma equipe técnica composta por técnicos, psicólogos e assistentes sociais contratados pelo Tribunal através das entidades. Cada projeto compõe uma “*empresa*” e atua em um setor específico do Tribunal, digitalizando um grupo específico de documentos. Exceção feita ao Jovens Mensageiros, que atua exclusivamente na movimentação dos acervos, e a alguns casos do Pais Trabalhando em que trabalham com Jardinagem também dentro do Tribunal. Como já disse, meu foco recaiu sobre dois desses projetos.

Como não foi possível realizar o trabalho de campo dentro das serventias em que os participantes dos projetos estudados trabalham, tendo em vista a dinâmica institucional, durante um semestre empreendi trabalho de campo nas aulas do projeto LetraJovem - atividade de extensão desenvolvida pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em parceria com o TJERJ. Nas oficinas do projeto, os participantes do Começar de Novo e do Justiça pelos Jovens interagem fora do ambiente do Tribunal. Dessa forma, escolhi esse espaço como principal campo do estudo, tendo em vista a maior possibilidade de abordagem e observação das interações.

Assim, conjugando pesquisa bibliográfica, documental e de campo, a presente pesquisa busca analisar dois projetos de inclusão social que se inserem no conjunto de políticas de responsabilidade social no judiciário fluminense, assim como examinar os diferentes significados e sentidos que a categoria “trabalho” pode assumir frente a variados contextos, especialmente quando ela é pensada em projetos que a consideram como elemento determinante para a reconstrução de um indivíduo frente aos efeitos deletérios que a passagem pelo sistema penal produz.

1 - PROJETOS COMEÇAR DE NOVO E JUSTIÇA PELOS JOVENS: RESPONSABILIDADE SOCIAL E RESSOCIALIZAÇÃO

O Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade do TJERJ (DEAPE) é responsável por gerir diversos projetos de inclusão social. Pretendo focar em dois deles: Justiça pelos Jovens, que envolve adolescentes em conflito com a lei, e Começar de Novo, que atende a adultos que tiveram sua vida atravessada pela atividade punitiva do estado.

Ambos os projetos trabalham com a noção de “resgate da cidadania” através do vínculo empregatício e com o objetivo de, através de um grupo de ações sociais direcionadas aos públicos acima mencionados, “coibir a reincidência da prática criminosa através da (re)inserção do beneficiado na sociedade”.

O encaminhamento para a participação nesses projetos segue caminhos completamente diversos: o JPJ está associado à Secretaria Municipal de Assistência Social e à Vara de Infância e Juventude, enquanto o projeto Começar de Novo está associado à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e à Vara de Execução Penal.

As “empresas”¹ funcionam nas diversas serventias do Fórum Central, na Praça XV, e são administradas pela Divisão de Inclusão Social, ligada ao DEAPE. A contratação, no entanto, é feita através de uma entidade filantrópica selecionada por meio de processo licitatório. O Instituto Brasileiro de inovação em Saúde Social (IBISS) é a entidade que faz a contratação dos egressos e das equipes técnicas que auxiliam os servidores do TJ na operação das empresas. Essas equipes são compostas por servidores concursados, assistentes sociais e psicólogos e administram o dia a dia do projeto, aplicam as sanções e também gerenciam o ingresso nas atividades complementares.

O artigo *“Uma abordagem sobre a eficiência, eficácia e efetividade dos projetos e ações, de cunho social, ofertados pelo poder judiciário do estado do Rio de Janeiro”*

¹ No dia a dia do projeto, os beneficiados referem a si mesmos como funcionários e aos projetos como empresas.

(SANTOS e ROSSI, 2016, 158), publicado na Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, traz uma entrevista com a Diretora do DEAPE que expõe os motivos da criação das “empresas” no âmbito do Tribunal.

[...] os projetos e ações sociais tiveram seu início devido à sugestão de uma empresa de consultoria especializada em organização de processos e rotinas. Na ocasião constataram-se ações proativas individuais de servidores e magistrados sem a devida continuidade, pois muitas vezes esses esforços careciam de uma estrutura que pudesse gerir as etapas de cada processo; logo, recomendou-se a centralização dessas ações e a constituição de um órgão que viabilizasse a gestão e promoção dos projetos sociais do Tribunal Justiça. Com isso, em 2004, criou-se o DEAPE, Departamento vinculado ao Gabinete da Presidência, que atualmente realiza trabalhos nas linhas de cidadania, sustentabilidade, campanhas e ações sociais.

Cada um desses projetos tem a sua história particular, o *Começar de Novo* tem abrangência nacional, trata-se de um projeto instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, enquanto o *Jovens Mensageiros* é uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ).

Com o propósito oficial de *minimizar os índices de reincidência criminal, diminuir a desigualdade social e promover o resgate da cidadania, oferecendo oportunidade de trabalho aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social e econômica*, o projeto promove uma união entre dois desdobramentos da atividade judicial: um imenso acervo de documentos que devem ser preservados e uma imensa população judicializada.

A contratação em ambos os projetos é temporária e tem a duração máxima de 2 anos, os funcionários recebem um salário mínimo. Segundo Rossi e Santos (2016, p. 158):

Nesse tipo de contratação destacam-se os baixos encargos sociais e trabalhistas sobre a força de trabalho dos integrantes, posto que tais entidades contratadas gozam de benefícios fiscais de isenção e imunidade sobre parte dos tributos patronais, resultando num barateamento do custo do serviço prestado. Entretanto, a Diretora do DEAPE ressaltou que a redução dos custos orçamentários e financeiros é apenas uma consequência das normas trabalhistas, tributárias e da formação jurídica da entidade contratante, não sendo a finalidade a ser perseguida pelo Departamento, pois a essência e objetivo desses

projetos se relacionam com a promoção de conceitos, como cidadania e melhoria na prestação jurisdicional para com a sociedade, específicos para cada tipo de ação.

Nesse sentido, é importante destacar que as condições de emprego por parte desses projetos acabam também gerando benefícios em termos de mercado devido à flexibilização dos direitos dos contratados. Em certa medida, aos fins desse trabalho, é interessante mencionar que, ao menos, supõe uma visão dos contratados mais como “beneficiários” do que como “trabalhadores”, o que reflete, por sua vez, uma concepção de cidadania e de direitos particular a esses setores.

Como disse, os jovens dos projetos trabalham, entre outros serviços, na digitalização e arquivamento de documentos nas diversas serventias do poder judiciário fluminense. É curioso mencionar também que, nas dependências do Tribunal de Justiça, os *funcionários* são identificados pelas cores dos uniformes obrigatórios que utilizam: Projeto Começar de Novo com a camisa azul escura e Projeto Justiça pelos Jovens com a camisa branca.

Essa exigência é interessante quando relacionado com o uso desses uniformes na sala de aula, no projeto LetraJovem que analiso no próximo capítulo. Lá chama muita atenção que, dentro da sala de aula, cada projeto tenha um uniforme de cor diferente. Essas cores que se destacam na sala, no labirinto do Fórum se diluem na grande quantidade de pessoas circulando pelos corredores. Contudo, não deixam de representar uma determinada classificação daqueles corpos dentro daquele espaço, uma vez que a questão da segurança atinge seu ápice no fórum: detector de metais, scanners, câmeras, seguranças, policiais e as “autoridades” com espaços destinados exclusivamente a elas (banheiros, elevadores). Assim, os uniformes que na sala de aula parecem estranhos, autorizam a circulação daquelas pessoas no espaço do fórum, ao mesmo tempo que reproduzem um estigma. Por exemplo, o projeto CDN tem escrito na camisa: “Quem já pagou pelo que fez merece a chance de começar de novo”, explicitando a condição dos jovens.

1.1 - Projeto Começar de Novo

A condenação criminal produz estigmas que dificultam àqueles que passaram pelo sistema prisional encontrar um emprego. Nesse entendimento, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou o programa Começar de Novo, um projeto de abrangência nacional, institucionalizado em 2009 e implementado através de convênio em 2010 no Rio de Janeiro. Segundo o Ministro Gilmar Mendes,

Criado pela Resolução 96/2009 do CNJ, o Começar de Novo tem por objetivo “promover ações de reinserção social de presos, egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas”. O programa compõe-se de “um conjunto de ações educativas, de capacitação profissional e de reinserção no mercado de trabalho”. Sua execução é feita por “todos os órgãos do Poder Judiciário”, em parceria com a administração pública e entidades públicas e privadas. (MENDES, 2016)²

Com relação aos objetivos do programa, o Portal de Oportunidades - Começar de Novo, do CNJ, que cadastra vagas em empresas privadas, afirma que:

O Projeto Começar de Novo, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça, visa à sensibilização de órgãos públicos e da sociedade civil para que forneçam postos de trabalho e cursos de capacitação profissional para presos e egressos do sistema carcerário. O objetivo do programa é promover a cidadania e consequentemente reduzir a reincidência de crimes.

Para tanto, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou o Portal de Oportunidades. Trata-se de página na internet que reúne as vagas de trabalho e cursos de capacitação oferecidos para presos e egressos do sistema carcerário. As oportunidades são oferecidas tanto por instituições públicas como entidades privadas, que são responsáveis por atualizar o Portal.³

² MENDES, Gilmar (Relator) RECURSO EXTRAORDINÁRIO 641.320 RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=11436372>> Acesso em jul. 2019

³ <http://www.cnj.jus.br/sistemas/sistema-carcerario-e-execucao-penal/20550-portal-de-oportunidades-comecar-de-novo>

Explicitando a origem do Começar de Novo, encontramos a seguinte informação no Portal Consultor Jurídico⁴:

Atualmente só 4% dos detentos brasileiros trabalham fora do presídio. Cada estado tem autonomia para desenvolver sua política de ressocialização, porém as iniciativas ainda são isoladas. Em 2008, o ministro Gilmar Mendes criou o programa no STF e Conselho Nacional de Justiça lançou o Começar de Novo, para fazer a ligação entre tribunais e empresas dispostas a contratar presos e egressos do sistema.

O modelo desenvolvido em âmbito nacional por iniciativa do CNJ incentiva a contratação dos egressos também por parte de empresas privadas. No material institucional de divulgação nacional, um dos quais desenvolvido em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em 2010⁵, observa-se o destaque para a ideia de que contratar um egresso seria um ato de generosidade, de humanidade, e que essa oportunidade de mudar a vida de um egresso do sistema penitenciário o afastaria da criminalidade e teria impacto na diminuição da violência. Portanto, podemos ver que argumentos morais e éticos predominam nesse discurso, e reforçam a ideia do público alvo como “beneficiário” mais do que como sujeito de direitos. Nessa ideia, e em outros aspectos que tentarei mencionar depois, também revelam-se valores morais de tradição religiosa, nas próprias ideias de “generosidade” e “humanidade” como caminhos de “mudança”. Contudo, como aprendemos com a obra de Marcel Mauss ([1923] 1974), será possível ver que esses atos generosos se revelam também como obrigações.

Os vídeos institucionais do projeto Começar de Novo no Estado da Bahia são um exemplo da ambiguidade do programa no que concerne ao favorecimento econômico

⁴ <https://www.conjur.com.br/2013-mar-19/presos-trabalham-programa-ressocializacao-supremo-tribunal-federal>

⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=CaAZvuSB7yw> e <https://www.youtube.com/watch?v=xvVBeqzSRFg>

às empresas parceiras. O depoimento de um empresário registrado em um desses vídeos⁶ deixa bem claras as vantagens obtidas:

A empresa que se instala em um presídio, ela não paga nenhum tipo de custo na instalação do galpão, porque as instalações estão prontas. Não paga conta de luz, não paga conta de água. Os apenas trabalham sem encargos sociais, não tem INSS, não tem hora extra, não tem FGTS, não tem férias, não tem 13º. Existe um diferencial competitivo muito grande em relação ao custo Brasil quando a empresa se instala dentro do estabelecimento prisional.

Paradoxalmente, após esse depoimento, o narrador afirma que “Esse é o papel do estado comprometido com uma sociedade justa e igualitária.”⁷ Nessa perspectiva, vemos como valores como justiça, igualdade, generosidade, humanitarismo, podem conviver e se articular com valores e ideologias liberais. É interessante perceber como nesse caso fica explícito aquilo que diversos autores já têm demonstrado (por exemplo, Mitchell, 2006) sobre como a suposta separação entre mercado e religião, ou entre eles e o estado é uma abstração moderna, sendo que o que encontramos na prática é uma articulação entre essas esferas.

Em Brasília, o projeto funciona através de um convênio do governo do Distrito Federal com o Supremo Tribunal Federal (STF), onde trabalham 40 egressos. Segundo o portal do STF⁸,

Para dar o exemplo, os próprios órgãos do Judiciário contrataram egressos ou presos que já cumprem pena em regime domiciliar, condicional ou semiaberto. O objetivo é favorecer a recuperação social dessas pessoas a começar pela oportunidade de emprego. O STF foi pioneiro na iniciativa no âmbito do Judiciário abrindo 40 vagas para contratação de sentenciados, mediante convênio com o governo do Distrito Federal.

⁶<https://www.youtube.com/watch?v=UYnfQNcUVms> (4:15 min.)

⁷ Idem 4:40 min.

⁸ <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=119544>

O projeto CDN começou a ser implementado no TJ-RJ em 2010, quando foi firmado convênio com o IBISS. No entanto, em uma solenidade ocorrida no TJ em 2018, que tive a oportunidade de assistir, a diretora do projeto afirmou que este só ganhou a forma atual em 2013. Há então um lapso entre a implementação do projeto no Rio de Janeiro e a criação do projeto em âmbito nacional. Isto se deve ao fato de que a criação do projeto pelo CNJ agrupou diversas iniciativas semelhantes desenvolvidas de maneira isolada no país.

Segundo a coordenadora, ainda naquela solenidade, o projeto surgiu da necessidade de sistematizar melhor as ações socioeducativas no país, a partir do diagnóstico de que a maior parte da população carcerária não tem acesso a direitos previstos na Lei de Execução Penal, como a remissão da pena através da leitura e do trabalho. Assim, após deixar o cárcere, o egresso encontra grandes dificuldades em se reinserir no mercado de trabalho em função, entre outros fatores, na visão do programa, da baixa escolaridade e do estigma social associado ao egresso. No RJ, o projeto funciona no interior do próprio tribunal e não visa uma atividade lucrativa. No entanto, a diretora do DEAPE esclarece que o modelo de contratação é o mesmo, apesar de, segundo ela, o barateamento da mão de obra não ser o objetivo do programa.

De acordo com Santos e Rossi (2016, p.159), o projeto “Começar de Novo”, durante um período de cinco anos teve orçamento de R\$ 9 milhões, aproximadamente de R\$ 168 mil por mês empenhados até 2014 à entidade Instituto Brasileiro em Saúde Social, entidade filantrópica vencedora do processo de licitação.

A ideia de que é possível “resgatar a cidadania” com o acesso a um emprego formal parte do pressuposto de que a incidência de crimes tem relação direta com as condições de vida do sujeito, como a falta de um emprego e a falta de qualificação, somada à percepção de que o ambiente do cárcere cria uma rotina que não é produtiva. Essas ideias transparecem, por exemplo, no discurso do Ministro Gilmar Mendes, que, na solenidade de lançamento do projeto, afirmou que o projeto visa que o detento retorne a “*uma desejável rotina social produtiva*” e que a persecução judicial não pode persistir somente no modelo do encarceramento. O ministro destacou, ainda,

o fato de que a reinserção social, além de ser um programa de direitos humanos, é também um programa de segurança pública. Para ele,

Se não tratarmos a reinserção social dessa forma, continuaremos a conviver com altos índices de violência e criminalidade. Hoje, nós estamos mostrando aqui que é possível mudar, com o abandono de preconceitos, com um ato significativo de generosidade. Hoje é um dia marcante na história do CNJ, do Corinthians, da Justiça, da Administração Pública de São Paulo, e creio que não exagero, do Judiciário brasileiro.⁹

O projeto CDN tem feições diferentes pelo país, e no RJ tem enfoque na contratação por parte do próprio poder judiciário, não havendo estatísticas específicas que denotem a efetividade do programa na inclusão de egressos no mercado privado. No entanto, a preparação para o mercado de trabalho aparece como um dos indicadores de efetividade analisados pelo DEAPE.

1.2 - PROJETO JUSTIÇA PELOS JOVENS

Em campo, ouvi relatos de que o JPJ seria um legado do Desembargador Siro Darlan de Oliveira, que teria sido o pioneiro na contratação de egressos do sistema socioeducativo na Vara da infância e da juventude, e que, posteriormente, esta iniciativa teria sido adotada pelo Tribunal¹⁰. No entanto, segundo a proposta apresentada pelo Desembargador José Carlos S. Murta Ribeiro, para o prêmio Innovare, no ano de 2007, o projeto teve seu início em 2002, dando continuidade ao projeto “Jovens pela Paz” do governo do Estado do Rio de Janeiro. Esse projeto criava vagas de trabalho, em parceria com a Vara da Infância e Juventude, em Instituições

⁹ <https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/2125878/ministro-gilmar-mendes-assina-acordo-com-o-corinthians-para-implementacao-do-projeto-comecar-de-novo>

⁹ O Prêmio Innovare tem como objetivo identificar, divulgar e difundir práticas que contribuam para o aprimoramento da justiça no Brasil.

*<https://www.premioinnovare.com.br/proposta/projeto-justica-pelos-jovens-459/print>

¹⁰ Tentei insistentemente uma entrevista com o desembargador, mas não obtive sucesso.

Públicas e teve suas ações cessadas. É possível que ambas as iniciativas tenham sido aglutinadas, já que o desembargador era então titular da Vara.

O projeto Justiça pelos Jovens emprega jovens de 16 a 24 anos que sejam egressos do sistema socioeducativo, estejam cumprindo medida socioeducativa de liberdade assistida ou de prestação de serviços à comunidade, ou em processo de extinção de medida (PADILHA, 2012). É exigido que estes jovens estejam cursando a partir do 6º ano do fundamental.

As atividades realizadas pelos participantes do JPJ no Tribunal de Justiça são praticamente idênticas às do Projeto Começar de Novo.

Para os inscritos no programa, é obrigatório concluir os estudos, sendo a aprovação escolar um dos indicadores acompanhados pela equipe técnica, a fim de medir a eficácia do programa, que trabalha com as diretrizes do Programa Nacional do Primeiro Emprego.

Em função do caráter temporário do emprego, busca-se que, ao fim do contrato, o jovem esteja preparado para o mercado de trabalho, o que também aparece como indicador de eficácia. O contrato dura inicialmente um ano, e a prorrogação por mais um ano é condicionada a um parecer favorável da Equipe de Supervisão Técnica e Autorização do DEAPE.

O expediente de trabalho dos participantes pode acontecer no período entre as 9h e às 18h, em turno de seis horas, totalizando 30h semanais. Os jovens trabalham no Fórum Central e em diversas outras serventias do TJERJ, sendo a alocação feita por demanda dos setores.

Existe toda uma estrutura de acompanhamento, que pode levar ao desligamento dos programas ou a sanções, como desconto salarial. Há uma ênfase no aprimoramento da “disciplina” dos jovens, o que transparece na exposição feita ao prêmio Innovare em 2007. Há também um grupo de projetos voltados para a qualificação desses jovens, ainda que, conforme observei em campo, estejam ativas apenas as aulas de reforço de Português, Oficina de Artes, Circuito Cultural e palestras esporádicas.

No texto apresentado para candidatura do projeto ao prêmio de práticas inovadoras, afirma-se que:

A pedagogia a ser aplicada fundamenta-se nas noções básicas de aprendizado das estruturas trabalhistas levando em conta a assiduidade, pontualidade, produtividade, respeito hierárquico e melhoria nos relacionamentos interpessoais, pontos estes estrategicamente colocados no decorrer do período de permanência do adolescente no projeto, tendo como enfoque a educação para a vida, transformando valores e resgatando a dignidade e a cidadania (MURTA RIBEIRO, 2007).¹¹

Para participação no JPJ, os Jovens podem ser encaminhados diretamente pela Vara da Infância e da Juventude da Capital e da Baixada Fluminense, ou pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que é o órgão responsável pelo acompanhamento da liberdade assistida, bem como por centros de referência especializados em assistência social (PADILHA,2012). Então, passam por um processo seletivo conduzido pela equipe do DEAPE, através de dinâmicas de grupo e entrevistas, com o objetivo de traçar *dificuldades, compromentimentos e potencialidades*¹².

O programa, em um primeiro momento, visa oferecer a experiência do primeiro emprego e garantir o retorno do jovem à educação formal, bem como afastar os jovens em situação de risco social do sedutor ambiente marginal de crimes e furtos e modificar a visão de que o poder judiciário é um inimigo. ¹³

No período de 2010 até a 2015, foi destinado ao projeto “Justiça pelos Jovens” o valor de R\$ 9 milhões, totalizando R\$ 160 mil mensais. O valor é administrado pelo Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social, selecionado através de licitação, que contratou 100 atores ativos.

Podemos ver que o projeto destaca valores que poderiam ser associados com a disciplina descrita por Michel Foucault (1987), como produção de um tempo, espaço e

¹¹ Autor(es): Desembargador José Carlos S. Murta Ribeiro, <https://www.premioinnovare.com.br/proposta/projeto-justica-pelos-jovens-459/print>

¹² (<https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/K220743.pdf>)

¹³ (http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/arquivos/balano_scio_ambiental_deape_36.pdf)

rotinas que garantam a produção de certos sujeitos. Contudo, como veremos mais adiante, essa disciplina não opera através da internalização das normas por parte dos indivíduos, mas se apoia em práticas também punitivas que colocam em relação valores distintos.

2 - O PROJETO LETRAJOVEM

O Projeto *Letrajovem*, é um programa de ensino da língua portuguesa através de oficinas de letramento voltado para jovens e adultos e é parte de um conjunto de atividades chamado “Estudar para qualificar”, que se integra aos projetos de inclusão social como uma atividade complementar. Além do Começar de Novo e do Justiça Pelos Jovens, o programa abrange ainda dois outros projetos:

- Programa Jovens Mensageiros - tem por objetivo capacitar para o mercado de trabalho jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, oriundos de famílias de baixa renda e/ou em situação de risco social.
- Programa Pais Trabalhando - tem por principal finalidade a melhoria na estrutura familiar dos participantes, por meio da inserção no mercado formal de trabalho, propiciando condições concretas de se apresentarem junto à sociedade como pessoas capazes de proverem o sustento dos filhos.

O projeto consiste em oficinas semanais de “Língua Portuguesa” com duas horas de duração, as quais acontecem nas quartas-feiras e as aulas se dão na Escola de Administração do Judiciário, localizada no antigo Tribunal do Júri, que cede salas de aula e faz a impressão do material usado nas aulas. São atendidas cerca de cinquenta pessoas, divididas em duas turmas, de acordo com o diagnóstico realizado no início de cada período letivo.

O *Projeto* é mantido com recursos da UERJ - contratação de professores através de bolsas, desenvolvimento da metodologia em reuniões semanais. Os funcionários do DEAPE se revezam para levar a ficha de presença e o material impresso no começo das aulas.

Em contraste com o método escolar, a metodologia utilizada no curso busca trabalhar com diversos gêneros textuais a fim de estabelecer um diálogo entre o conhecimento formal e o conhecimento dos participantes, se afastando de listas de

exercícios e apostilas e buscando trazer materiais que são conhecidos dos alunos em conjunto com outras fontes, mais próximas do conteúdo formal.

Os materiais costumam trabalhar questões do cotidiano através de textos de diversos formatos, e têm como característica ser bem simples, trabalhando com a concepção de que o público alvo tem um grande desnível entre si, já que os projetos trabalham com níveis de escolaridades diversas. Não há avaliações formais a fim de aferir desempenho, mas uma auto-avaliação que busca traçar um diagnóstico da turma e oferecer subsídio para a elaboração do material didático.

No final de cada semestre se dá um concurso de redação, com direito a premiação, e duas cerimônias de encerramento, uma confraternização do projeto e uma cerimônia mais formal de entrega dos prêmios. Segundo o próprio projeto:

“[...]buscamos elaborar estratégias de ensino que, empreendendo um processo de ressignificação das sequências didáticas de gêneros textuais propostas pela Escola de Genebra, estabeleçam negociações entre o currículo escolar e as concepções e conhecimentos dos participantes”. (Fonte: PROJETO APRESENTADO AO TJ)

Por parte da UERJ, o projeto é associado ao Departamento de Letras, coordenado por uma professora do mesmo. As professoras do projeto são bolsistas de Iniciação a docência e de extensão. Na UERJ, o grupo de pesquisa mantém reuniões semanais a fim de elaborar o material didático a ser utilizado no curso, articulando o referencial teórico abordado no curso de licenciatura com a experiência do letramento com as “peculiaridades” do público alvo do projeto, que, segundo a coordenadora do projeto, em sua maioria trabalha com “variantes linguísticas de menor prestígio social e tem dificuldades com a língua culta”. Nesse sentido,

O projeto configura um campo de pesquisa-ação que articula à atividade de extensão os projetos de iniciação à docência, estágio interno complementar e iniciação científica, assim, a prática desenvolvida no *Letrajovem* inclui a pesquisa teórica, a transposição didática, a ação pedagógica e a reflexão, tendo como foco o desenvolvimento da profissionalidade docente dos licenciandos. (Fonte: PROJETO APRESENTADO AO TJ)

É interessante notar que aqui o projeto não está referido exclusivamente ao benefício dos jovens dos programas, mas integra as práticas de ensino, pesquisa e extensão da universidade, contribuindo com a formação de outros “jovens”. Essa articulação entre o papel do Judiciário e da Universidade apresenta no desenvolvimento do projeto alguns contrastes interessantes, como tentarei mostrar.

2.1 - As oficinas Letrajovem

Em relação às oficinas, é importante destacar que a metodologia de ensino parte do desafio de trabalhar com um público de idades variadas e que tem experiências de escolarização muito díspares e contribuir nesse pouco tempo no aprimoramento da capacidade de interpretar e produzir textos. Uma parcela dos jovens e adultos que delas participam vivenciaram a experiência do encarceramento ou estão em situação classificada como de “risco social”.

Assim, o grupo desenvolveu um método ancorado em três etapas: Primeiro realizar um levantamento de expectativas em relação ao conteúdo a ser trabalhado em conjunto com um diagnóstico do nível de conhecimentos e habilidades para organização de subgrupos de trabalho; planejamento das aulas baseado nos levantamentos realizados; e, por fim, avaliação e autoavaliação realizada pelos jovens.

Após as dinâmicas iniciais, o grupo é dividido em dois subgrupos de trabalho, cada qual sob a responsabilidade de um grupo de monitores.

O conteúdo das oficinas e a preparação do material didático, é elaborado a partir de um grupo de objetivos: a) uso de uma ampla variedade de gêneros textuais buscando evidenciar diversas variantes linguísticas; b) leitura e produção de textos de efetiva circulação social, em diferentes situações de interlocução; c) escolha de temáticas contemporâneas e adequadas aos conhecimentos e expectativas do grupo; d) abordagem contextualizada de conteúdos gramaticais básicos, dentro da perspectiva uso-reflexão-uso; e) trabalho sistemático com a reescrita de textos. (Fonte: Projeto de extensão Letrajovem - DEPEXT/UERJ)

O núcleo do *Projeto Letrajovem* desenvolvido em parceria com o Departamento de Acompanhamento de Projetos Especiais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (DEAPE/TJERJ) oferece, como mencionado, oficinas semanais de “Língua Portuguesa” com duas horas de duração, as quais atendem a cerca de cinquenta pessoas, agrupadas em duas turmas, de acordo com o diagnóstico realizado no início de cada período letivo. Assim, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro arca com a manutenção do projeto através da contratação de bolsistas por meio de bolsas de extensão e iniciação científica e o TJ fornece as instalações e gerência o funcionamento do projeto em geral, imprimindo materiais e gerenciando os inscritos.

2.2- Estudo etnográfico

Durante o ano de 2018, acompanhei as aulas do curso LetraJovem - projeto desenvolvido desde 2008 no âmbito do DEAPE. Neste projeto, os “*funcionários*”, como são chamados os jovens inscritos, se inscrevem em um curso de 2 horas semanais onde o enfoque é o letramento de jovens e adultos através da metodologia do letramento crítico. Esta consiste no estudo da língua através de textos, vídeos e imagens, trabalhando o letramento através da exposição a variadas formas de texto. As professoras buscam trazer de letras de funk, memes, charges, músicas, recortes de jornal e poesias românticas a fim de trabalhar com o maior número de gêneros textuais e situações de uso da língua.

Trata-se de um método que vai na contramão do ensino convencional baseado em listas de exercícios intermináveis e a exigência de conteúdo formal, como enumerar todas as formas de advérbio.

No início de cada semestre a equipe do DEAPE reúne os funcionários dos quatro projetos (CDN/JPJ/PT/JM) e oferece a eles a possibilidade de se inscrever em cursos e atividades educacionais desenvolvidas no Tribunal. Apenas uma pequena parte do total de “*funcionários*” escolhe participar. Como o contrato tem duração de 2 anos, um aluno pode fazer no máximo quatro módulos. Há pelo menos 2 pessoas que fizeram os quatro

módulos em sequência, Pedro e José, este último foi o ganhador do concurso de redação e teve sua redação elogiada pelo Presidente do TJ (fato que é aludido recorrentemente ao longo do curso diante dos outros alunos). Carlos também fez o curso pelo menos duas vezes, mas na cerimônia de encerramento afirmou que não poderia continuar no próximo.

As atividades são desenvolvidas por instituições parceiras do Tribunal de Justiça dentro da ESAJ. Como disse, lá funciona o museu do Primeiro Tribunal do Júri do Rio e as salas de aula da escola de administração judiciária nos andares superiores.

O prédio tem uma arquitetura impressionante, chama atenção a cor do amarelo que tinge a parte exterior do prédio, os vitrais com datas antiquíssimas e todo o mobiliário de madeira de quando funcionava ali o Júri.

Durante o segundo semestre de 2018, acompanhei as atividades do projeto *Estudar para Qualificar*, que oferece aulas de Língua Portuguesa para os *funcionários dos projetos*. As aulas eram todas as quartas de 10h as 12h, no 5º andar da ESAJ sempre em salas diferentes.

O quarteirão em que se localiza a ESAJ é cercado por prédios onde os três poderes funcionam, o próprio espaço das ruas é demarcado e vigiado por seguranças “dos poderes”: de um lado há a Escola da Magistratura, um edifício imponente em que se destaca a presença do detector de metais e do raio-x na entrada. Do outro, a rua que separa o Palácio Tiradentes dos gabinetes dos deputados, vigiada e demarcada. A esquerda a entrada lateral do fórum onde se destacam quatro esculturas de bronze de dois metros cada, confeccionadas pelo desembargador Deocleciano Martins a pedido do presidente do Tribunal do antigo Estado da Guanabara, Martinho Garcez Neto em

1966.



A entrada da ESAJ tem a imponência característica do poder judiciário, mas não há a mesma preocupação de segurança como nos prédios vizinhos. A cada semestre o curso tem um eixo temático central, que se alia com o propósito do curso de promover o letramento escolar. A temática das aulas durante esse semestre foi “Diversidade”.

Na maior parte das vezes que assisti as aulas do projeto, o andar estava praticamente vazio, com exceção de funcionários terceirizados, apenas uma única vez haviam muitas aulas acontecendo no 5º andar - onde se dão as aulas do projeto, estas voltadas para o público formado por servidores, advogados e estudantes de direito. Como capacitação no uso de sistemas específicos, cursos relacionados a perícia judicial e também outros projetos de inclusão social, como o Criando Juízo.

Há mais um projeto que integra o Programa Estudar para Qualificar, voltado para o ensino de matemática e, também, realizado na ESAJ, mas quando perguntei a uma integrante da equipe Técnica, esta me informou que o curso não acontecia há alguns semestres. Além disso, os “funcionários” têm acesso a um projeto chamado Circuito Cultural, que garante ingressos para museus e peças, e um projeto de ensino de artes, mantido por uma funcionária aposentada do Tribunal, através da Mútua do Judiciário,

que funciona no prédio da ESAJ, assim como a AMAERJ e da Associação Nacional dos Desembargadores.

2.2.1 - As aulas

As aulas são frequentadas por cerca de 50 estudantes de idades variadas. O vocabulário dos alunos é bastante informal e expressões como: “chefe” “patrão” para se referir a quem ministra os cursos são recorrentes. Pelas características diferenciadas dos projetos, as idades dos participantes variam muito, havendo jovens em idade escolar - associados ao Justiça pelos Jovens ou Jovens Mensageiros.

Os egressos do sistema penal, do projeto Começar de Novo, são minoria nas aulas e são mais velhos.

Na maior parte das aulas a que assisti, os “funcionários” do Projeto Começar de Novo foram os que mais interagiram com o material, fazendo mais falas, brincando com os monitores, e também tirando dúvidas.

No decorrer das aulas, os alunos também levantam questões ligadas ao cotidiano da cidade. O Hermes, um dos alunos, relatou como em Sepetiba, onde mora, não existe serviço de ônibus, apenas vans controladas pela milícia, e que estas trafegam extremamente lotadas, “mas ninguém fala uma palavra”. Esta intervenção emergiu de uma fala por parte das professoras reclamando do próprio trajeto até a ESAJ, ao que Hermes respondeu levar 3h30 até o centro do RJ e que estas não teriam motivos para reclamar de vir de São Gonçalo e muito menos de pegar as barcas, o que ele sugeriu ser um luxo. Daí em diante diversos alunos intervêm relatando seus próprios percursos até a ESAJ, a maior parte deles vêm de municípios relativamente distantes: São João de Meriti, Santa Cruz, Caxias, Sepetiba e Campo Grande que, segundo o Hermes, “É pertinho, dá nem tempo de sentar no ônibus”. A maior parte deles relatou ter pego o trem neste dia, e muitos reclamaram sobre o ar condicionado do trem que no dia não estava funcionando corretamente, e também comentaram a respeito da grande variedade de produtos vendidos pelos camelôs nos trens.

O material trabalhado pelos alunos conjuga recursos audiovisuais e textuais, buscando dialogar com assuntos da vida cotidiana e da atualidade. Em uma semana a

temática era o assassinato da vereadora Marielle Franco ocorrido semanas antes¹⁴. Durante a aula um dos “funcionários”, que aparentava ter 16 anos e vestia a camisa branca dos Jovens Mensageiros, respondeu a uma das questões do material que tinha relação a um exemplo de texto fazendo alusão ao então candidato à presidência Jair Bolsonaro, provocando risadas de alguns amigos do mesmo projeto que estavam sentados juntos no canto da sala. A questão pedia uma interpretação simples do texto, e ao perceber o fato, a monitora responsável apenas franziu as sobrancelhas, sem repreender o aluno. Em outra ocasião, um aluno que costumava falar muito durante as aulas também fez menção ao candidato Bolsonaro, porém, logo depois de falar, vendo que as monitoras não tinham dado muita bola, e vendo a expressão incrédula de um outro aluno, disse que não iria nem votar, e que seu pai falava muito sobre isso.

A política também apareceu na aula na ocasião em que o então candidato a governador do estado do Rio de Janeiro Wilson Witzel ameaçou prender Eduardo Paes e afirmou na TV que iria investir na entrada das favelas para melhorar o acesso da polícia. As duas afirmações geraram indignação entre os alunos e foram tema de uma animada conversa. “Se ele faz isso com o Eduardo Paes imagina com o pobre?”. Nessa mesma aula, antes do início, um membro do projeto CDN, que disse ser ex-policia civil e que trabalhava em São Gonçalo, e que teria arruinado sua vida por ter dado um jeito em um vagabundo, expressava sua indignação com a recente decisão do STF de invalidar o indulto presidencial. No entanto, o restante dos alunos permaneceu apático ao assunto.

Em outra aula, a obra *Vidas Secas* de Graciliano Ramos foi exposta de diversas formas: fragmentos do Texto, comentários sobre a obra e uma animação no formato de curta-metragem que sintetizava o romance.

Embora o material em si não tenha mais de duas-três questões, a discussão em sala expõe as categorias analíticas que os sujeitos mobilizam para explicar e compreender aquele material que é apresentado. O conhecimento vai se construindo

¹⁴ A vereadora eleita pelo PSOL-RJ foi assassinada em 14 de março de 2018, no bairro Estácio no Rio de Janeiro. Junto com ela foi morto o motorista Anderson Pedro Gomes.

de maneira relacional, para explicar determinados fenômenos. Com certa frequência os alunos e professores buscam referências da realidade carioca.

É interessante que, para além das trocas, risadas, comentários entre os alunos, as professoras também parecem tentar se aproximar dos alunos. Às vezes recorrendo a situações do cotidiano que elas sabem que partilham com os alunos, como o transporte público lotado, ou afirmando “Nós também somos pobres”; “Aqui todo mundo é pobre”, ou “Eu sou de São Gonçalo”; “Eu fui criada na Baixada”; “A FFP é em São Gonçalo”; “Eu tenho um primo que entrou para o tráfico”, como que buscando encurtar a distância social que se supõe existir entre o público-alvo das aulas e os monitores, dentro de um ambiente em que a autoridade é demarcada de uma maneira muito explícita. Essa tentativa explícita também a imagem que as professoras têm dos alunos pressupondo certa condição social, local de moradia, hábitos e interesses. Também é interessante mencionar que os próprios alunos muitas vezes levantavam a questão da desigualdade espontaneamente, nem sempre se identificando com as professoras.

2.2.2 - Evasão e atrasos: um problema de disciplina

Durante uma das aulas que assisti, conversei com uma das funcionárias responsáveis pelo projeto. Quando conversava com ela, Hermes se aproximou questionando-a sobre o porquê de ter sido advertido, sendo esclarecido que este deveria apresentar a declaração de regularidade de matrícula até o dia anterior e não o havia feito. O mesmo aluno me esclareceu, talvez a modo de defesa, que as horas de aula assistidas são descontadas do tempo de trabalho. Ele me relatou que assiste às aulas das 10-12h, vai direto para o tribunal e sai do trabalho às 15h. A questão dos atrasos e da evasão tem sido um tema central ao longo do semestre para a coordenação e direção e, ao meu ver, é interessante porque coloca, como tentarei mostrar, em relação uma lógica pedagógica e punitiva na administração do curso e do projeto.

Ao longo do segundo semestre de 2018 as aulas do curso Letrajovem se deram regularmente todas as quartas na Praça XV. No entanto, o número de alunos caiu dramaticamente, a ponto das professoras solicitarem uma reunião com a direção do DEAPE. Essa reunião se deu após o término da aula, na mesma sala e nela estavam presentes: a coordenadora do curso, a diretora do DEAPE, e quatro funcionárias das instituições do terceiro setor que executam os projetos, além das três professoras. A reunião começou com uma exposição dos problemas que afetavam o projeto por parte da coordenadora, relatando que “pessoas dedicadas” estavam sendo desligadas do projeto e relatando os problemas com atraso. Diante da exposição, a coordenadora congratulou a equipe do projeto, elogiou a todos e passou a expor a sua visão sobre a questão.

Ela relatou ter convocado uma reunião com um grupo de representantes de cada um dos projetos, para questioná-los sobre o porquê da evasão e relatou ter ficado surpresa com a alta evasão entre os Jovens Mensageiros, mais do que com Começar de Novo. Ela relatou então que entre os JM a divisão da turma foi muito criticada, e que eles sentiam falta de exercícios e, por vezes, achavam o conteúdo muito fácil, ou que alguns alunos se detinham por muito tempo em questões que para eles eram muito simples, como a grafia de determinadas palavras. Ao que uma das professoras esclareceu que a divisão não havia se dado em função do conteúdo a ser abordado, mas devido ao grande número de alunos, para que pudesse haver uma atenção maior com cada aluno. Disse estarem trabalhando os grupos de maneira uniforme, o que, possivelmente, possa ter gerado desinteresse por parte do grupo dos Jovens Mensageiros. Em reunião com a diretora, eles disseram sentir falta do método escolar, dos exercícios, denotando uma diferenciação muito grande desses grupos. Apesar de ter a mesma idade os jovens que passaram pelo sistema socioeducativo, segundo a diretora, têm outra relação com o ensino escolar do que os jovens que estão beneficiados em função da situação de vulnerabilidade social. Ainda segundo ela, possivelmente por terem concluído a escola sem sobressaltos estejam mais acostumados ao método de ensino formal, sendo que o projeto trabalha em conjunto diversas comunidades de interpretação diferentes.

Daí se desdobra que o público das aulas é composto por indivíduos que, em maioria, é homogêneo, o que em sala de aula se demonstra no compartilhamento de referências comuns do cotidiano, tanto que os grupos de amigos transcendem os projetos na sala, mas heterogêneo, em relação ao conhecimento formal e a experiência escolar. Alguns alunos do Jovens Mensageiros já estavam cursando faculdade e outros concluído o Ensino médio e estão fazendo vestibular, enquanto alguns do JPJ/CDN não haviam concluído o ensino fundamental.

Então, para aqueles que haviam concluído a escola o conhecimento estava ali colocado de uma maneira simples, e aquela experiência atuava em complementaridade com a experiência do primeiro emprego, já para os egressos, a aula assume o caráter de ressocialização, articulando o conhecimento formal com temas de conhecimento público.

Além da evasão, a problemática dos atrasos foi constante ao longo de toda a duração do curso, já que a lista de chamada é operada pelas técnicas ligadas ao DEAPE, e estas técnicas fazem a interlocução com a chefia da serventia onde o “funcionário” trabalha, para que conste que este está de fato participando das atividades. Então, há um controle rígido com a questão do atraso, pois, durante o período da aula, o “funcionário” é dispensado do serviço, e dentro do serviço, a diretora fez menção ao fato que há desconto no salário quando existe atraso. Então, é cobrado com o mesmo rigor, e isso contrasta com a dinâmica geral do curso, pois não há cobrança em relação às atividades e à participação, de maneira que as aulas tendem a ser descontraídas. Contudo, diversos alunos que haviam desenvolvido uma relação afetiva e que exerciam um papel importante no dia a dia das aulas foram desligados pela coordenação. E esses desligamentos se deram em razão de atrasos e faltas.

Cada aluno pode faltar apenas 4 vezes, e o ingresso na sala é permitido apenas até as 10h20, não sendo tolerada a entrada na sala após esse horário. Após 4 faltas, o nome do aluno “Sai da lista de chamada”. Como disse, esse foi um tema recorrente ao longo do semestre, uma vez que diversos alunos que participavam ativamente do curso foram “desligados”, inclusive Vinicius, participante do JPJ, de quem me tornei amigo, e uma aluna trans vinculada ao projeto CDN.

Na reunião, a diretora enfatizou esse tema dos atrasos, argumentando que se todos os dias da semana eles têm a obrigação de chegar às 9h no serviço e chegam, “porque se atrasarem eu desconto no salário, porque eles não conseguem chegar aqui 10h da manhã?”. Ao que passou a oferecer hipóteses: “Muitas vezes eles querem passar no serviço antes e deixar a comida na geladeira copo, e guardar as coisas no armário, trocar de roupa”, e concluiu: “Nós estamos lá em cima trabalhando com eles o tempo todo e eles estão sempre nos manipulando.” Ela então expõe os relatos dos alunos que buscavam relativizar o atraso e questionar a retirada do nome na lista, concluindo: “Vocês têm que entender que essas pessoas às vezes ficaram presas durante anos, elas têm muita dificuldade de estabelecer uma rotina, eles não acordam de manhã, tomam banho e saem de uma vez como nós fazemos, tudo tem que ser deixado muito claro.”

Nessa reunião a diretora do DEAPE, trouxe à tona muitas questões a respeito da vida pregressa do público-alvo, a fim de justificar o porquê muitas das explicações que eles ofereciam sobre os eventos, na opinião dela, devem ser postas em questão, trazendo a experiência dela diária de gerência dos “funcionários” no campo do trabalho, e também, outros detalhes do funcionamento diário dos projetos que não são de conhecimento dos monitores. Dessa maneira, segundo a interpretação da direção, a articulação entre grupos de interpretação diferentes transparece no abandono do curso por parte dos JM e, por outro lado, quando os egressos tinham seus nomes retirados da lista de chamada (por atrasos ou outros problemas), segundo a hipótese articulada pela diretora do DEAPE, por terem passado pelo sistema penal eles teriam dificuldade em estabelecer uma rotina e suas versões devem ser postas em questão, por haver uma *lábria*, uma *malandragem*, apesar de ter prometido checar as reclamações. Voltarei sobre esse ponto.

Por sua parte, também é importante mencionar que esse tipo de projetos também sofre dificuldades e descontinuidades que são atribuídas também ao público alvo. Em uma das aulas, uma das professoras relatou aos alunos as dificuldades que impediram a continuidade do projeto LetraJovem no Criaad - Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente, em São Gonçalo, onde as aulas eram

ministradas no interior de um estabelecimento socioeducativo localizado em Vista Alegre.

Ao ponto em que a professora relatou que no Criaad, haviam crianças que por viver em situação de rua não dominavam a escrita. Relatando que no *CRIAAD* era “muito difícil dar aulas”, pois os alunos eram crianças recolhidas das ruas ou afastadas dos pais pela justiça, e que na ESAJ seria muito “tranquilo”.

Na reunião mencionada, onde foi discutida a questão da evasão, a diretora da Divisão de Inclusão Social, afirmou que os alunos não são obrigados a frequentar às aulas do projeto Letrajovem, sendo o curso uma opção individual dos alunos feita antes do começo das aulas, e que a direção dos projetos optou por não obrigar os alunos a frequentar as aulas porque isto não garante um rendimento e gera problemas de disciplina. Além disso, durante o período das aulas os funcionários são liberados das serventias onde trabalham, e o DEAPE é responsável por mediar essa liberação com o Chefe do setor onde o funcionário trabalha, então, não é benéfico para o tribunal liberar o funcionário se ele não estiver de fato interessado em aprender, se ele estiver reincidindo nas faltas enquanto é dispensado do trabalho. As monitoras relataram também que alunos do curso por vezes relataram ter problema com a chefia das serventias. Essa discussão evidencia em certa medida diferentes lógicas de intervenção no projeto, uma que parece priorizar a liberdade de escolha e autonomia dos “alunos” no seu interesse e rendimento para apreender e outra que visa mais o controle sobre os “funcionários”.

Nessa linha também, achei significativo que, na reunião, a diretora enfatizou muito que há diversos problemas de disciplina, principalmente com os participantes do projeto JPJ no dia a dia do trabalho, e então, listou algumas técnicas que ela recorre para lidar com “os garotos”, e que na visão dela, as monitoras deveriam implementar, como: diluir os grupos que os alunos mais jovens formam (segundo ela, o JPJ tem a tendência de formar grupões de alunos e fazer algazarra, agindo assim em todos os eventos, ela então sugere que as monitoras separem esses alunos), reordenar os locais onde eles sentam espontaneamente, solicitando que os alunos se sentem mais

próximos e nas cadeiras da primeira fileira e outras medidas administrativas que ela faz uso no DEAPE, como a advertência, desconto salarial e desligamento do projeto.

Ela também afirmou que no começo dos projetos ela tinha muita dificuldade com essas questões disciplinares. Para ela, diminuir a reincidência dentre os contratados foi resultado do aprimoramento dessas sanções, a ameaça do desligamento somada à ênfase na manutenção da disciplina. Segundo os dados expostos, o índice de não reincidência entre o JPJ no primeiro trimestre de 2013 foi de 47%, seguido de 100% no trimestre seguinte, denotando, segundo ela, a ocorrência inicial de problemas de disciplina bem expressivos, que não tornaram a ocorrer. Segundo a diretora, isso indica a sistematização de técnicas endereçadas ao problema da reincidência, seja através de um enrijecimento das normas, no ambiente de trabalho ou desligando mais pessoas do curso.

As discussões apresentadas nessa reunião parecem-me significativas do perfil do projeto. Por um lado, como mencionado anteriormente, há um viés do projeto que estabelece a relação entre reincidência e disciplina, visando a produção de um tempo e ritmo de trabalho e/ou estudo “disciplinado”, tanto que os problemas de “disciplina” apontados pela direção e coordenação referem exclusivamente aos atrasos e evasões, e não a eventuais problemas de conduta, ou rendimento. Por outro lado, nas discussões sobre a disciplina, mais uma vez parecem interagir nesse projeto técnicas escolares (SILVA, 2014)¹⁵, como reorganizar e separar grupos, com medidas administrativas e punitivas em termos de relação empregatícia, como descontos no salário, dando conta da singularidade do projeto. Por fim, nessas discussões revela-se muito da concepção dos profissionais sobre o público alvo. Tanto quando se fala dos projetos em questão quando se exemplifica com aquele que funcionava no CRIAAD, aparece uma representação de estar se trabalhando com grupos “problemáticos”. Esse aspecto fica mais claro quando são distinguidos os problemas entre os Jovens Mensageiros, que não têm passagem pelo sistema, e os jovens do Começar de Novo. Enquanto os primeiros teriam mais facilidade no aprendizado, o que de certa forma

¹⁵ Na sua etnografia em uma escola de ensino médio pública em Niterói, Boris Maia e Silva descreve as “técnicas” dos professores para manter a ordem e disciplina na sala de aula, sendo algumas delas a atenção e modificação da distribuição espacial dos alunos (2014).

justifica a evasão porque “fica muito fácil”, os últimos apresentariam justificativas para não assistir as aulas que são percebidas como “lábria” ou “malandragem”, ou como uma forma de “manipular” as profissionais. Ao mesmo tempo, é interessante que o curso gerido pela universidade, mesmo que inserido nesse projeto, tem uma logica distinta, entendendo a “ressocialização” a partir de uma técnica de ensino que prioriza a discussão, liberdade, experiências cotidianas e estratégias não disciplinares de construção do conhecimento.

2.2.3 - Encerramento

No final do semestre, tive a oportunidade de ir à cerimônia de encerramento do projeto Letrajovem, ocasião em que cada um dos alunos e monitores levou um alimento e sucos/refrigerantes para uma confraternização no auditório do Fórum Central, no oitavo andar. Tive muita dificuldade em localizar o auditório, e quando perguntava às pessoas, todos faziam menção ao fato de que a organização espacial do fórum é caótica e para quem não está acostumado, o local é um labirinto.

Durante a cerimônia os representantes do DEAPE e do Letrajovem fizeram agradecimentos e expuseram os meandros do funcionamento do projeto. Finalmente, entregaram os certificados de conclusão. Então, alguns alunos tomaram a oportunidade para agradecer e destacar seu apreço pelo projeto. Um dos “funcionários” que repetiu o curso por quatro módulos foi destaque, pois ele atribuiu aos conhecimentos que adquiriu no curso o fato de conseguir a aprovação em um pré-vestibular comunitário de renome, ao que foi aplaudido.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica de contratação de corpos judicializados, como se dá no âmbito do DEAPE, traz uma forte concepção moral de que o trabalho é a chave para desconstrução do estigma criado pela passagem pelo sistema punitivo. Compreende-se

que, a partir do momento que o sujeito tem um “problema com a justiça”, o acesso ao emprego informal é difícil, e que, após o encarceramento, o indivíduo retorna a sociedade sem nenhum acompanhamento e com diminutas chances de (re)ingresso no mercado de trabalho. Dessa maneira, supõe-se que a possibilidade de reincidência seja maior em função de uma situação econômica precária.

O vínculo de emprego formal, que estatísticas demonstram alcançar menos de 50% da força de trabalho¹, seria um fator chave para a inserção desses indivíduos na sociedade, modificando a forma como esses são vistos, como que “normalizando” a experiência pregressa com o sistema de justiça, considerando a existência, no senso comum, de um conjunto de valores segundo os quais o indivíduo que tem problemas com a justiça, aparece como um sujeito perigoso, marginal. Como aponta Izabella Pimenta, na sua etnografia sobre os processos de construção institucional de presos e egressos no Rio de Janeiro:

A lógica em questão, no que diz respeito especificamente aos egressos do Rio de Janeiro, tem base aritmética, posto que, segundo os entrevistados, “quando se oferece um emprego para um ex-presos, significa duas mãos a menos cometendo crimes”. Essa conta é multiplicada ideologicamente no projeto em termos de sua consolidação e promoção, isto é, dois egressos trabalhando formalmente, quatro mãos a menos praticando crimes e assim por diante. Observamos neste cálculo uma dimensão moral, mobilizando valores disponíveis em um sistema de crenças socialmente legitimado (Eilbaum, 2012), no qual se evoca oposições trabalho/ócio, mas também ócio/crime, sendo o emprego valorizado naquele meio como modo de apagar o que não é moralmente aceito: o ócio e o crime; o ócio que leva ao crime. (PIMENTA, 2014, p.212)

Dessa forma, as atividades desenvolvidas, em conjunto com a experiência de emprego, buscariam reduzir o efeito negativo dessa experiência frente à sociedade, no futuro, após o desligamento. O foco dessas políticas estaria então no indivíduo, buscando promover uma transformação ou mudança na vida pessoal (nos hábitos, no ritmo, na visão de mundo) e não na sociedade.

Essa concepção não só enfatiza a “necessidade” de mudança para a “reinserção” social, mas também os efeitos que a própria experiência prisional provoca nos sujeitos. Como podemos perceber em uma entrevista realizada no programa “Medidas Socioeducativas”, na qual a juíza Vanessa Cavalieri aponta para o fato de que o jovem, após a passagem pelo sistema, retorna como um estranho para a família e como um estranho para ele mesmo, pois, segundo ela, a experiência de privação da liberdade e de restrição das vontades é um processo violento que re-educar o sujeito, o modifica, tanto para si quanto para a sua família. Então, ainda segundo ela, quando este retorna para o convívio familiar, ele não é o jovem que estava ali antes.²

Da mesma forma, como observei na fala da diretora durante a reunião, a prisão aparece como um elemento que contribui para a falta de disciplina no pós-cárcere, pois a rotina da prisão seria uma rotina de improdutividade, uma vez que apenas em uma porção ínfima de estabelecimentos carcerários há a possibilidade de trabalhar e estudar - um direito garantido a todos os encarcerados, e que constituiria essas políticas de ressocialização no momento do encarceramento, e não, posteriormente como se configura nos programas analisados. É interessante destacar aqui, por um lado, que essa perspectiva traz a ideia de que a tal “ressocialização” não seria apenas necessária no sentido clássico de “tirar do crime”, mas da própria experiência de isolamento social e violência que supõe a pena de prisão. Por outro lado, também explicita que as políticas educacionais e de exercício de direitos atingem o indivíduo apenas quando a pena de privação de liberdade já foi inteiramente cumprida, ou substituída por medidas menos gravosas, ou escalonada para outra modalidade de cumprimento de pena em função das garantias individuais, e não durante a pena. A prisão é vista assim exclusivamente a partir da lógica punitiva, do castigo, e não apenas da redução da liberdade de circulação (Kant de Lima, 2009).

Dessa maneira, a ideia de que o estabelecimento penal disciplinaria o indivíduo, é substituída pela visão que o sistema carcerário na realidade, contribui para aprofundar indisciplina, uma vez que não contribui para sanar diversas deficiências comuns a população encarcerada, como índices baixíssimos de escolaridade, ausência de oportunidades, e simultaneamente, não garante acesso à segurança, nem à saúde

ao encarcerado. Dessa maneira, não poderia estar mais distante da ideia de panoptismo, analisado por Michel Foucault (1987), uma vez que o próprio estabelecimento prisional, reproduz as circunstâncias que, em materiais institucionais, acreditam ser causadoras da criminalidade¹⁶.

No caso do JPJ, esse acesso ao primeiro emprego surge como uma possibilidade de “resgatar”, ou até mesmo, construir a sua própria cidadania a partir dos olhos do outro. Essa visão de “resgate” da imagem também se concretiza, por exemplo, na camisa usada pelos participantes do projeto Começar de Novo, que traz uma mensagem direcionada ao olhar do outro: “Quem já pagou pelo que fez merece a chance de começar de novo”. Tendo em vista que o TJERJ já possibilitou o ingresso do beneficiado no mercado de trabalho, podemos inferir que a mensagem se destina a conscientizar outras pessoas, ou seja, tenta sensibilizar o olhar do outro para a “missão nobre do programa”.

Esse discurso é constante nos materiais institucionais elencados nos capítulos anteriores. A contratação do egresso é sempre descrita como um ato de “generosidade”, de “humanidade”. Essa visão, ao meu ver, imprime uma lógica que destaca a caridade, mas do que os direitos dos indivíduos enquanto cidadãos. Concepção que se reforça na definição dos programas como “benefício” e não como direito e, portanto, como obrigação do estado com aqueles que cumpriram a pena imposta pelo próprio estado. Enfim, trata-se de uma representação dos egressos e da população em situação de vulnerabilidade social como sujeitos de tutela, proteção, caridade, por parte do estado. Ao mesmo tempo, como vimo, essa visão é intercalada com os benefícios econômicos gerados aos contratantes.

A ideia de “ressocializar” o indivíduo é muito presente no programa JPJ, como demonstrado em capítulo anterior. O programa se estrutura em torno de uma pedagogia da disciplina, elencando entre os objetivos o desenvolvimento dessas características nos beneficiados. Assim, o controle do tempo, do ritmo de trabalho, do estabelecimento de uma rotina visa, segundo o projeto, construir uma nova identidade,

¹⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=20Qaiq5cYA8>

criar possibilidades de que os jovens não “retornem” ao mundo do crime - onde o cárcere está incluso, e, por consequência, poder diminuir a reincidência dos egressos. De fato, a “eficácia” desses projetos é medida a partir desse índice, mais do que da taxa de emprego. Ora, a questão, na minha percepção, é que para esse objetivo os programas criam uma rede de mecanismos de controle dos indivíduos para além do cárcere, uma rede de controle articulada ao judiciário, mas também externa a ele, que se expande através de “parcerias” em diversas instâncias públicas e privadas e que é estruturada em torno de diagnósticos das características da população carcerária, como o baixo nível de escolaridade e alto índice de reincidência

Para promover a contratação dos egressos o poder judiciário articula uma rede de associações religiosas, sindicatos e também universidade, mobilizando recursos próprios do poder judiciário. É um programa de “Responsabilidade Social” que se propõe a endereçar os desdobramentos dos efeitos da atividade jurisdicional. Contudo, o paradoxo é que, na medida em que o judiciário reconhece que sancionar cidadãos com a privação de liberdade, na insalubre realidade prisional brasileira, produz um estigma que dificulta de sobremaneira o re-ingresso no mercado de trabalho, ao mesmo tempo estende a rede de controle a partir de projetos que controlem o tempo e a circulação dos jovens em uma perspectiva disciplinar, tutelada e, por vezes, punitiva.

Assim, há uma forte conotação moral na ideia de que a estabilização do egresso em um emprego estável tem o condão de mitigar a reincidência criminal. No caso do TJRJ, a contratação é uma espécie de modulação da sanção penal, pois o egresso passa a ser parte de um sistema que conjuga ONGs religiosas, sociais e poder judiciário, estando sujeito a um corpo de regras que incluem o monitoramento da ficha criminal e um sistema de advertências que pode levar a descontos no salário e até “desligamento da empresa”.

O local de trabalho tem, além disso, um forte aparato de segurança; os tribunais têm *scanners*, detectores de metal, câmeras, policiais, seguranças e “autoridades” circulando por todos os lados.

Além disso, se, por um lado, o programa tem uma forte conotação de responsabilidade social e é profícuo em justificativas morais, também pode ser

considerado uma solução pragmática, pois contrata temporariamente egressos cujas vidas foram atravessadas de inúmeras formas pela atividade sancionadora do Estado, para realizar um serviço que não exige qualificação e que não gera despesas permanentes, uma vez que a contratação é temporária.

A situação do beneficiado pelo projeto é similar à do funcionário terceirizado, pois a sua contratação é feita por intermédio do Instituto Brasileiro em Saúde Social, entidade filantrópica vencedora do processo de licitação. No entanto, toda a sua dinâmica de emprego se constrói dentro de um aparato disciplinador, o ambiente do tribunal é intensamente vigiado, todos os dias os funcionários passam por raio x e detectores de metal na entrada do trabalho e, no caso dos funcionários dos projetos, a cor do uniforme indica que este não é um funcionário comum, mas um egresso. Simultaneamente, o PJ resgata a cidadania através do emprego e vigia o contratado sobre o qual paira agora um empregador, que é, simultaneamente, a força da lei.

Os projetos que constituem o objeto desta pesquisa modulam essas categorias: o egresso se torna “funcionário”; a contratação é descrita como um ato de solidariedade e como uma oportunidade para operar essa recuperação do sujeito. A direção do DEAPE aplica uma série de técnicas disciplinares para “reintroduzir” a disciplina nos funcionários, buscando o “desejável retorno a uma rotina social produtiva”.

No bojo de todas essas justificativas morais existe um objetivo que, como disse, acaba orientado as metas dos projetos: reduzir a reincidência criminal. Como? Instituído uma rede de acompanhamento do indivíduo pós-cárcere, oferecendo o vínculo empregatício, similar a uma empresa terceirizada, porém operacionalizada por instituições filantrópicas.

Os programas endereçados aos egressos parecem se estruturar em torno dos efeitos deletérios provocados pelo encarceramento no indivíduo, sobretudo no estrato mais pobre da população que compõe a maior parcela dos encarcerados. Reconhecendo que o cárcere produz efeitos nefastos e que não contribui para a ressocialização, ao contrário, a dificulta, esses projetos produzem uma rede de ações estruturadas em torno do emprego temporário. Sendo o trabalho a chave para a ressocialização, e este trabalho, estruturado em torno de um eixo moral: o resgate da

cidadania. Cabe destacar que a maioria dos participantes reside em áreas periféricas e distantes do local de trabalho, o que gera e reforça outros efeitos de exclusão que não apenas o laboral.

É muito interessante a forma como o trabalho aparece como um elemento central para a noção de ressocialização do indivíduo. A passagem pelo sistema punitivo cria um estigma que parece lançar dúvidas sobre a sua honestidade e sua possibilidade de estabelecer uma relação de confiança. A experiência do encarceramento é vista como um fator de estigmatização do indivíduo, de maneira que as atividades desenvolvidas buscam a re-inserção do indivíduo no mundo do trabalho, afastando a pecha de criminoso que imprime a prisão. Contudo, simultaneamente abrem um outro problema, vinculado às dificuldades de emprego ao deixar o cárcere.

Por fim, é possível perceber uma contradição entre os métodos empregados pelo DEAPE e pelo LETRAJOVEM. Enquanto o DEAPE trabalha com a ideia de normalização dos indivíduos, o Letrajovem busca o desenvolvimento crítico e a autonomia dos jovens. Enquanto o DEAPE busca fortalecer a noção de disciplina, inclusive como um objetivo institucional, as aulas não trabalham com essa perspectiva, mas com o desenvolvimento da capacidade crítica, inclusive, se distanciando da prática escolar per se. De uma maneira geral, é difícil dizer se o DEAPE cumpre com os objetivos de inserir pessoas no mercado de trabalho, e promover a qualificação das pessoas de uma maneira mais consistente. No entanto, o acesso à experiência profissional no momento de fragilidade, que é o momento em que o egresso deixa o cárcere, pode ser gratificante e abrir novas perspectivas, em especial a partir do contato com projetos que, antes do que estimular a tutela, os tratem como sujeitos de direito.

5 - REFERÊNCIAS

Bibliografia

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.

LIMA, Roberto Kant de. Ensaios de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção da Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

MAUSS, Marcel. [1923] Ensaio sobre a Dádiva. Sociologia e Antropologia. São Paulo. Epu/Edusp, 1974, vol. II

MITCHELL, Timothy. Society economy and the state effect. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (Eds). The anthropology of the state: a reader. Malden: Blackwell, 2006.

PADILHA, Elmira Maria dos Santos Rocha, A erradicação do sub-registro civil de nascimento - Projeto de Responsabilidade Social desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, através da Corregedoria Geral de Justiça. RIO DE JANEIRO, 2012. UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES, PÓS. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/K220743.pdf>> acessado em Julho de 2019.

PIMENTA, Izabella Lacerda. Dos acessos ao “mundo do trabalho” - uma etnografia sobre os processos de construção institucional de presos e egressos no Rio de Janeiro (Brasil) e em Ottawa (Canadá). Tese de Doutorado PPGA/UFF, Niterói: 2014.

ROSSI, Gustavo Afonso Santi e SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos[2016] Uma Abordagem sobre a Eficiência, Eficácia e Efetividade dos projetos e ações, de cunho social, ofertados pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, Vol. 5, N. 3. Setembro. / Dezembro. 2016.

SILVA, Boris Maia e. Vida de escola: autoridade, carisma e performance em uma escola pública. Dissertação de Mestrado, PPGA/UFF, 2014.

Material e links acessados

CNJ, TJBA- COMEÇAR DE NOVO, 29 DE JULHO DE 2011,(8m5s.) DISPONÍVEL EM <https://www.youtube.com/watch?v=UYnfQNcUVms>

FIESP ONLINE. PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO. Augusto de 2011. (0m30s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CaAZvuSB7yw>>. Acesso em: 16 agosto de 2019.

Ministro Gilmar Mendes assina acordo com o Corinthians para implementação do projeto Começar de Novo, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL,[2010] DISPONÍVEL EM: <https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/2125878/ministro-gilmar-mendes-assina-acordo-com-o-corinthians-para-implementacao-do-projeto-comecar-de-novo>

Acessado

em:

16/07/2019

Ministro Gilmar Mendes recebe associação para falar sobre trabalho com presos, Supremo Tribunal Federal, publicado em 03/02/2010 <disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=119544> acessado em 16/07/2019>

MENDES, Gilmar (Relator) RECURSO EXTRAORDINÁRIO 641.320 RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=11436372>> Acesso em jul. 2019

PORTAL DE OPORTUNIDADES, CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. < DISPONÍVEL EM: <http://www.cnj.jus.br/sistemas/sistema-carcerario-e-execucaopenal/20550-portal-de-oportunidades-comecar-de-novo> ACESSADO EM: 16/07/2019 Revista Consultor Jurídico, 19/04/2013, assessoria de imprensa do ministério da Justiça Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-mar-19/presos-trabalham-programa-ressocializacao-supremo-tribunal-federal> acessado em: 16/07/2019

Revista Balanço Socioambiental, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DIVISÃO DE ARTES GRÁFICAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. <DISPONÍVEL EM: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/arquivos/balano_scio_ambiental_deape_36.pdf> Acessado em: 16/07/2019

TV JUSTIÇA. CNJ - CAMPANHA COMEÇAR DE NOVO - O Brasil faz Justiça. novembro de 2009. (0m29s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xvVBeqzSRFg>>. Acesso em: 16 agosto de 2019. <https://www.youtube.com/watch?v=20Qaiq5cYA8>

<https://www.premioinnovare.com.br/proposta/projeto-justica-pelos-jovens-459/print>